

AMANDA CRISTINA SILVA CARNEIRO

TODO MUNDO VAI QUERER DANÇAR COMIGO:  
UM VÍDEODOCUMENTÁRIO SOBRE AS NARRATIVAS DE VIDA DE  
MULHERES NEGRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VIÇOSA – MG  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO DA UFV  
2018

AMANDA CRISTINA SILVA CARNEIRO

TODO MUNDO VAI QUERER DANÇAR COMIGO:  
UM VÍDEOCUMENTÁRIO SOBRE AS NARRATIVAS DE VIDA DE  
MULHERES NEGRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

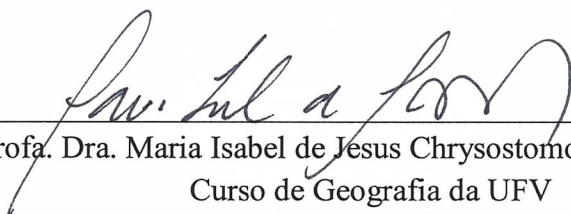
Memorial referente ao Projeto Experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo  
Coorientador: Albert Rego Ferreira



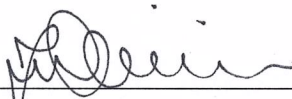
Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Comunicação Social  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Projeto experimental intitulado *Todo mundo vai querer dançar comigo: um videodocumentário sobre as narrativas de vida de mulheres negras da Universidade Federal de Viçosa*, de autoria da estudante Amanda Cristina Silva Carneiro, aprovado pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:



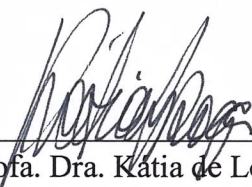
---

Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Orientadora  
Curso de Geografia da UFV



---

Profa. Dra. Janete Regina de Oliveira  
Curso de Geografia da UFV



---

Profa. Dra. Kátia de Lourdes Fraga  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Viçosa, novembro de 2018

*É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que a nossa perspectiva de marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e sexista, para refutá-la e criar uma contra-hegemonia. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa.*

bell hooks

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e à minha irmã por acreditarem e serem sempre meu porto seguro. Cada lágrima derramada do interior de São Paulo a Minas Gerais era de muitas saudades, mas também de confiança, orgulho e amor. Enquanto eu cresci aqui, vi as mulheres da minha vida crescendo do lado de lá. O tanto que conversamos sobre feminismo e negritude, empoderando umas às outras, não caberia numa monografia!

Agradeço ao Nilton Junior, que fez Viçosa se tornar minha realidade também. Às meninas da República Curtisô, que sempre estiveram presentes e foram meu lar sempre que precisei. À Luiza Pôssa, à Ianka Silva, e aos meus amores do Só Bebs, agradeço por ressignificarem o conceito de amizade. Ser-no-mundo só foi possível por ter encontrado vocês. Agradeço ao meu amor, Felipe Lima, que esteve comigo durante esses anos e soube deixar tudo um pouco mais leve. Um pouco mais doce.

Agradeço também ao corpo docente do curso de Comunicação Social, assim como todas(os) as(os) funcionárias(os) e colegas com quem compartilhei bons momentos. Agradeço ao Albert Ferreira, por todo o carinho neste projeto. Em especial, agradeço também à Mariana Procópio e à Isabel Chrysostomo, minhas orientadoras e mentoras da vida: encontro em vocês a motivação necessária para acreditar no poder da educação e dos nossos posicionamentos. Ter tido vocês como referências tão boas - de mulheres e de profissionais - nessa jornada, fez tudo valer a pena!

Agradeço às mulheres que abriram os corações ao me contarem suas trajetórias e vivências: Dora Messias, Ivonete da Silva Lopes, Janete Regina de Oliveira, Júnia Marise Souza, Lídia Maria de Souza, Luciana Maria Pereira, Maria do Carmo, Maria Raquel Morais, Monalisa Carmo, Rhayane Estefane, Rosi Ferreira e Teresinha Ferreira. Por vocês isso existe. Obrigada por isso! Continuemos resistência.

Obrigada, obrigada e obrigada. A todas(os) vocês!

## **RESUMO**

Como consequência de um processo de discriminação histórica que sempre marginalizou as populações negras, muitos espaços ainda não são considerados “lugares de negros”. Mesmo com a implantação de leis que versam sobre a reserva de vagas para negros nas instituições de ensino federais e reserva de vagas para negros em empregos e concursos públicos, implantadas em 2012 e 2014 respectivamente, o acesso de mulheres negras aos espaços de ensino superior ainda é muito limitado. O vídeodocumentário “Todo mundo vai querer dançar comigo” apresenta narrativas de vida de quatro mulheres pertencentes a diferentes espaços da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e propõe uma reflexão sobre as barreiras de existência enquanto mulheres negras – ao vivenciarem uma intersecção de opressões (gênero e raça) – e suas possibilidades de potência e resistência.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Racismo; mulher negra; narrativas de vida; documentário.

## **ABSTRACT**

As consequence of process of historical discrimination that has always marginalized black populations, many spaces are still not considered “places for blacks”. Even with the implementation of laws that rules about reservation of vacancies for blacks in federal educational institutions and reservation of vacancies in public jobs, implanted in 2012 and 2014 respectively, the access of black women in superior education spaces is very limited. The documentary “Everybody will want to dance with me” presents life narratives of four women belonging to different spaces of the Federal University of Viçosa (UFV), and proposes a reflection on the barriers of existence as black women – experiencing an intersection of oppression (gender and race) – and their possibilities of potency and endurance.

## **KEY WORDS:**

Racism; black woman; life narratives; documentary.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1: A MULHER NEGRA BRASILEIRA .....	11
1.1 As mulheres negras na Universidade Federal de Viçosa.....	13
1.2 O racismo institucional como mecanismo de silenciamento.....	14
CAPÍTULO 2: O GÊNERO DOCUMENTÁRIO E AS NARRATIVAS DE VIDA .....	17
CAPÍTULO 3: RELATÓRIO TÉCNICO .....	22
3.1 Pré-produção.....	22
3.2 Produção .....	23
3.3 Pós-produção .....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26
REFERÊNCIAS .....	29
ANEXOS .....	31

## INTRODUÇÃO

O acesso de mulheres negras aos espaços acadêmicos de ensino superior é bastante limitado. Segundo pesquisa divulgada em março de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, apenas 10,4% de mulheres pretas ou pardas têm ensino superior no Brasil, contra 23,5% mulheres brancas que concluíram este nível de ensino. Mesmo com a implantação de ações afirmativas que resguardam o direito dos negros de participarem desses espaços (como a Lei n.º 12.711/2012 e a Lei n.º 12.990/2014, que dispõe sobre a reserva de vagas para negros nas instituições de ensino federais e a reserva de vagas para negros em empregos e concursos públicos, respectivamente), o número de negros e, especialmente, o número de mulheres negras que ocupam esses lugares continua muito baixo.

Apesar da educação ser um direito garantido a todas e todos, as desigualdades existentes nesses espaços é fruto de um processo de discriminação histórica que sempre marginalizou a população negra. É fundamental compreender a escravidão e o racismo como processos contínuos de discriminação, isolamento, e até mesmo de exclusão dos negros - nos mais diferentes espaços que buscam ocupar. Essa hostilidade da qual os negros sempre foram vítimas, decorre de preconceitos enraizados que se manifestam por meio de piadas racistas, em que o negro é sempre apresentado como subalterno e da constante inferiorização da intelectualidade negra, que se expressa na invisibilização de autores negros ao serem pouco retratados e/ou discutidos nas escolas e demais instituições, como se nunca tivessem outras histórias para partilharem a não ser a do período em que foram escravizados. Além disso, o preconceito também se manifesta pela hiperssexualização dos corpos negros, que relega a eles vantagens apenas no espaço físico e sexual.

Mesmo com tantas evidências da presença do racismo e das desigualdades raciais no país, ainda nos deparamos com a perpetuação de um discurso sobre a democracia racial, ou seja, a ideia de que todos somos iguais e que as discussões de étnico-raciais não deveriam existir, pois não há preconceito, já que as populações de matriz africana foram bem assimiladas socialmente. Analisar os desdobramentos que se fazem presentes até hoje por meio do que chamamos de racismo institucional - o tratamento diferenciado entre etnias no interior de instituições, organizações, empresas ou grupos -, nos permite reafirmar que muito longe de convivermos em uma sociedade racialmente democrática, o discurso moral de uma suposta democracia social é um mito.

---

<sup>1</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2LYXozO>. Acesso 30 abr. 2018.



O racismo institucional, muitas vezes praticado de maneira velada, e mais ou menos consciente - uma vez que somos sujeitos na sociedade, portadores de ideologias, estando mais ou menos cientes do que reproduzimos - pode ser observado em algumas práticas que se sucedem na Universidade Federal de Viçosa. Elas aparecem principalmente quando observamos a inserção de negros nos diversos espaços acadêmicos. Segundo pesquisas realizadas na dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, defendida em 2017 por Edimara Maria Ferreira, a pouca representatividade dos negros associada à precariedade de uma política de monitoramento de sua condição institucional é revelada pela falta de dados institucionais atualizados sobre o perfil racial de seus servidores:

entre os anos de 1980 e 2012, existe uma ausência de informações raciais, tanto entre estudantes quanto entre os servidores da UFV, sendo que essa inexistência de dados raciais nos cadastros funcionais dos servidores pressupõe uma forma de invisibilidade que atinge os segmentos mais vulneráveis dentro da instituição, a saber, os negros (...) Além disso, se considerarmos somente os dados da população autodeclarada, há evidências de que existe certa desigualdade espacial e racial na ocupação das vagas de determinados cursos e cargos dentro da UFV. (FERREIRA, 2017, p.169).

É fundamental, portanto, entender que o racismo institucional se compreende também por meio do silêncio (inexistência) de informações sobre negros, e que a realidade institucional é uma das principais responsáveis pela baixa representatividade da mulher negra nos cursos superiores, por ser constituída a partir de um mecanismo que a silencia constantemente. No entanto, como afirma Lopez (2012), o racismo se apresenta como um mecanismo tão estrutural na nossa sociedade, que “pouco lugar têm as reflexões sobre os mecanismos do racismo nas instituições. Um dos motivos de ausência parcial deste tipo de reflexão pode estar relacionado às dificuldades de as instituições reconhecerem esses mecanismos e se autoexaminarem como (re)produtoras de racismo” (LOPEZ, 2012, p.122)

Compreender a historicidade do negro no Brasil, bem como suas limitações de participação em espaços públicos, nos permite entender os desdobramentos do que conhecemos por racismo institucional, que até os dias de hoje se reverbera nos espaços acadêmicos, mesmo com a implantação do sistema de cotas. Considerando o Programa de Combate ao Racismo Institucional, incorporado no Brasil em 2005, tal mecanismo reproduz as injustiças. De acordo com Pellizzaro (*online*, 2017), podemos dizer que:

Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações.

Além do racismo que acomete grupos raciais ou étnicos, outras situações de desvantagem, como o sexismo (discriminação de gênero), atingem as mulheres e, no caso das mulheres negras, resultam em uma violência interseccional de raça e gênero. Kimberlé Crenshaw, ao analisar o pertencimento de mulheres negras a dois grupos excluídos, o de *ser mulher* e o de *ser negro*, reflete sobre as diferentes formas discriminação racial:

É frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens. O imperativo de incorporação do gênero não põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. (CRENSHAW, 2002, p.173 *apud* SANTOS, CAVALLEIRO, BARBOSA, RIBEIRO, 2008, p. 915).

É fundamental dirigir o olhar para ambas as questões que marginalizam as mulheres negras. Assim como existem políticas afirmativas específicas, o recorte proposto por este trabalho pretende olhar com maior cautela para um grupo que, além de historicamente vulnerável, atualmente ainda se encontra na base da pirâmide social.

Fundamental, também, é possibilitar espaço de fala para quem realmente vive essas condições, uma vez que o documentário, segundo Nichols (2008), é uma representação da realidade,

As “pessoas” são tratadas como atores sociais: continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera. Continuam a ser atores culturais e não artistas teatrais. Seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora. Seu valor reside não nas formas pelas quais disfarçam ou transformam comportamento e personalidade habituais, mas nas formas pelas quais comportamento e personalidade habituais servem às necessidades do cineasta. (NICHOLS, 2008, p.31 *apud* DINIZ, RIBAS, 2014, p. 25).

Por meio do gênero documentário, um dos muitos dispositivos entendidos pelo espaço biográfico quando queremos narrar vidas – seja de si ou do outro –, queremos possibilitar um espaço de fala e visibilidade para as mulheres, agindo na comunicação, além de propor uma ação reflexiva acerca da necessidade da existência de políticas afirmativas que garantam os direitos das mulheres e da população negra no espaço acadêmico – e em todos os espaços públicos.

Ao me considerar uma mulher negra, comecei a questionar o fato de ter poucas colegas negras que compartilhavam as salas de aula e ter tido somente uma professora negra durante os quatro anos de graduação, em contraposição ao grande número de mulheres negras em cargos de menor prestígio social – como funcionárias da limpeza ou do restaurante universitário.

A partir dessa constatação, procurei compreender os motivos que explicam essa realidade e os reflexos do racismo que marcam as trajetórias de mulheres negras até os dias de hoje. Portanto, nosso interesse em produzir um documentário para dar maior visibilidade às narrativas das poucas mulheres negras que ocupam o espaço acadêmico da Universidade Federal de Viçosa. Entendendo que o documentário possibilita um espaço de fala bastante fiel à realidade, o intuito de nosso trabalho é registrar, a partir das imagens, algumas ideias-forças que alimentam a hipótese de um racismo institucional, posto que:

as imagens ganham mais força e um significado maior, visto que muitas vezes acabam falando por si mesmas. Elas são vistas pelo documentarista como uma forma de aproximar o público do personagem e da situação. (DINIZ, RIBAS, 2014, p. 25).

Assim, por meio de relatos individuais e a exposição de imagens e narrativas de vida, queremos que as mulheres negras, em suas condições mais ou menos privilegiadas, e sendo elas ocupantes de diferentes papéis sociais – estudantes, professoras ou servidoras, – possam discorrer sobre suas vivências em suas semelhanças, diferenças e singularidades.

Produzir um documentário como produto final deste trabalho também parte de uma necessidade de trabalharmos com a representatividade: mais do que serem ouvidas, essas mulheres que sempre foram marginalizadas e preteridas, precisam ser vistas e compreendidas como participantes e sujeitos ativos deste espaço formador de saber que é a universidade.

No primeiro capítulo do memorial, abordaremos, sinteticamente, questões sobre a mulher negra no Brasil identificando as dificuldades de participação reforçadas pelo racismo institucional presente até os dias de hoje nas diferentes instituições, bem como suas possíveis marcas na Universidade Federal de Viçosa. Questões referentes às narrativas de vida serão exploradas no segundo capítulo do memorial, quando detalharemos o gênero documentário. O relatório técnico, com as descrições de cada uma das etapas de produção do trabalho, será apresentado no terceiro – e último – capítulo deste memorial.

## **CAPÍTULO 1: A MULHER NEGRA BRASILEIRA**

A história da mulher negra no Brasil sempre teve relação direta com sua exclusão. Exclusão que se faz evidente até quando procuramos por registros históricos sobre suas vivências no período escravocrata: rara é a literatura que as traz como protagonistas da criação identitária do nosso país. Assim como destacam Lopes e Carvalho (2016, p.238), a compreensão dessa dimensão histórica é ainda uma lacuna historiográfica, pois

precisa-se entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em conta na hora de escrever a história da escravidão e do próprio país, pois o conhecimento de suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social, não apenas permitem que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo, como tornam possível uma revisão crítica da escrita histórica.

Nessa medida, Lopes e Carvalho concluem que a necessidade de termos a fácil alcance a história das mulheres negras escravizadas é uma maneira de respeitar sua participação na sociedade. Falcão (2016) pontua que a utilização da mão de obra das escravas negras se dava “principalmente para trabalhos domésticos, cozinheiras, arrumação doméstica, e até mesmo amas de leite se fizeram comuns nesses tempos”. Sua ocupação, desde esse período, dá-se na base da construção hierárquica: “objeto dos desejos sexuais dos homens, a negra sofria por parte da mulher branca os castigos mais variados e violentos”.

Tal condição subalterna dos negros está inserida em um contexto amplo de discriminação racial, exemplo disso, conforme pontuado pela Constituição Federal de 1824, nem mesmo a educação era tida como direito dos negros, uma vez que sequer eram considerados cidadãos brasileiros (FERREIRA, 2017, p. 52-53). Mesmo após a abolição da escravatura com a Lei Áurea em 1888 e o título de libertos, os negros não eram chamados para ocupar vagas de emprego - fator, este, que aliado ao analfabetismo, muitas vezes os destinava à vida na rua. A formação também continuou a ser designada somente para a elite dominante: “mesmo que escravos e libertos nascidos em solo brasileiro pudessem frequentar estas faculdades, estes não possuíam capital para custear estes cursos” (FERREIRA, 2017, p. 53).

Em contrapartida, um movimento a favor do branqueamento do país surgia: o apoio e incentivo da imigração como mão de obra crescia gradualmente, ao mesmo passo que a compreensão estrutural do negro como inferior e incapaz ganhava mais força – noção presente até os dias de hoje na nossa sociedade:

Os esforços para formar uma nação branca e promissora necessitavam do argumento contrário, ou seja, os negros são incapazes para o progresso, para o trabalho livre e para o desenvolvimento. Estas formulações trabalham sobremaneira no inconsciente coletivo de toda a sociedade, de forma a se inserirem como verdade, tanto nos indivíduos brancos como nos negros. Esse processo de construção da imagem negra em nossa sociedade impacta a vida dos indivíduos negros em todas as suas inter-relações na sociedade. A violência instaura-se como modo de vida para esses indivíduos, genérica e totalmente. (BERTULIO, 2007, p. 65-66).

Ferreira (2017) aponta que, mais uma vez sob a ideologia de um branqueamento do Brasil, a partir de 1909 surgem as primeiras universidades no país: espaços racistas e elitistas. Dentro dos próprios espaços de educação formal surgiram as justificativas de que a raça negra era inferior, que reiterando a hierarquização social consolidada e mantendo a segregação espacial vigente.

No artigo “A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais”, Santos (2011) afirma que “não havia possibilidade de se ter intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras” uma vez que “as universidades públicas brasileiras se constituíram como espaços institucionais num clima de hostilidade e de racialização inferiorizante dos negros” (op cit p. 02).

No início do século XX a imprensa negra começou a fomentar discussões relacionadas à “valorização formal por meio da construção e afirmação da memória” (ALCARAZ apud SANTOS, *online*, 2017) como uma alternativa descolonizadora às histórias negras.

Mas somente em 1970, no chamado milagre econômico, surgiram demandas mais específicas pelo ensino superior e por investimentos na educação, bem como uma reorganização mais estruturada da luta pela escolarização do Movimento Negro, que passa a reivindicar as desigualdades no acesso à educação. Clamando por igualdade racial no país, os militantes tem “o objetivo de eliminar o racismo da sociedade brasileira, especialmente em algumas áreas que eles consideravam estratégicas, como a educação” (SANTOS, 2011, p. 06). É nessa época que também emergem outras pautas como a valorização da estética negra e a necessidade da denúncia de atos discriminatórios e racistas.

Como consequência dessas lutas, ações afirmativas que garantem a presença do negro no espaço acadêmico vêm sendo implantadas como forma de reparação social pelas oportunidades desiguais recebidas por essa população desde a metade da década de 1980. No entanto, o processo ainda corre a passos lentos:

Nos últimos anos, mais brasileiros e brasileiras chegaram ao nível superior. Entre 1995 e 2015, a população adulta negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%. Entretanto, o patamar alcançado em 2015 pelos negros era o mesmo que os brancos tinham já em 1995. Já a população branca, quando considerado o mesmo tempo de estudo, praticamente dobrou nesses 20 anos, variando de 12,5% para 25,9%. (IPEA<sup>2</sup>, 2017, *online*).

Com a implantação da Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para negros nas instituições de ensino federais, e a Lei n.º 12.990/2014, sobre a reserva de vagas para negros em empregos e concursos públicos, nos dias de hoje tornou-se mais palpável pensar numa possível equidade de direitos entre brancos e negros.

### **1.1 As mulheres negras na Universidade Federal de Viçosa**

Uma das primeiras lutas do Movimento Negro foi a garantia de acesso à educação formal, segundo Ferreira (2017). O projeto de lei (nº 1.332/1983) do deputado federal Abdias do Nascimento propunha 40% da reserva de vagas para alunos negros. Tal projeto foi arquivado na câmara de 1983 a 1989 e somente depois de outros vários projetos (senadora Benedita da Silva, 1995, deputada Nice Lobão, 1999, senador José Sarney, 1999, deputado Pompeo de Mattos, 2002), e das cotas estaduais aprovadas pioneiramente no Rio de Janeiro (Lei Estadual n.º 3.524 de 2000), em 2012, a Lei das Cotas foi aprovada pelo Senado Federal, originando a Lei n.º 12.711.

Recentemente, alguns trabalhos relacionados à população negra na Universidade Federal de Viçosa vêm sendo desenvolvidos. Tuwile Braga, em seu estudo “A territorialidade do servidor negro da Universidade Federal de Viçosa”, 2014, mostrou que somente 4% dos servidores na instituição eram mulheres negras (pretas e pardas). Porcentagem muito inferior quando comparada ao número de mulheres brancas (26%), homens (50%) e homens negros (20%) servidores na instituição.

Quando falamos especificamente das docentes da UFV, a pesquisa de Divino (2016) “Docentes Negros(as) no “Mundo” dos Homens Brancos”, traz dados fundamentais: apenas 3,29% - das 39% docentes mulheres – se autodeclararam mulheres negras (89,22% são brancas, 7,49% são pardas). Somente a partir de 2011 que os dados referentes à informação racial dos

---

<sup>2</sup> IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos.** Mar/2017. Disponível em <http://bit.ly/2IOzTGG>. Acesso 30 mai. 2018.

alunos da UFV passaram a ser coletados, portanto Ferreira (2017, p.77) admite a existência de uma invisibilidade numérica da população negra (servidores e estudantes).

De acordo com o Registro Escolar (RES) da universidade, a classificação racial dos estudantes da graduação da UFV (entre 2000 a 2015) compreendia 39,11% do corpo discente composto por pessoas negras (pretas e pardas). Tal pesquisa faz uma comparação entre a relação do número de alunos brancos e negros de 2011 a 2015, avaliando a efetividade do sistema de cotas na universidade: com base nos dados oferecidos pelo RES, em 2011, ano anterior à implantação da ação afirmativa, na UFV constavam 59,51% de alunos brancos contra 37,96% de alunos negros. Em 2015, esse número é quase equivalente: foram registrados 49,22% de alunos brancos e 48,20% de alunos negros.

É importante ressaltar que salvo a pesquisa de Divino (2016), que apresenta dados de professoras pardas e pretas, os estudos de Braga (2014) e Ferreira (2017) trazem apenas a classificação de “negros”, o que engloba pessoas *pardas* e *pretas*. A autodeclaração de pessoa parda, no entanto, ainda é bastante questionável<sup>3</sup> e, por isso, mesmo com o alto número de estudantes negros apresentados pelo Registro Escolar em 2015, esse número pode não representar fielmente o que vemos no campus em relação à presença de alunos *pretos*. É necessário também pontuar que na pesquisa de Ferreira não foi considerado um recorte de gênero que considere apenas estudantes mulheres.

## 1.2 O racismo institucional como mecanismo de silenciamento

Segundo Lopez (2012, p. 127), o termo “racismo institucional” foi utilizado pela primeira vez no livro Poder Negro, de Carmichael e Hamilton. Nessa linha a autora afirma que “convencionou-se chamar de racismo institucional, em referência às formas como as instituições funcionam, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial”.

Mesmo com a existência dos crimes de racismo (Lei n. 7.716/1989) e injúria racial (artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal), as interpretações a partir desses textos podem ser variadas e as condenações amenizadas - ainda mais quando falamos, novamente, de uma sociedade estruturalmente racista que muitas vezes não percebe seus atos discriminatórios. Essas discriminações indiretas, como o racismo institucional, de acordo com Lopez (2012), não

---

<sup>3</sup> Divergências acerca da autodeclaração étnico-racial dão brecha para a existência de falhas no sistema de cotas. Em julho de 2017, a UFV investigou 51 denúncias de fraudes – evento que fez necessário a composição da Comissão de Verificação da Autodeclaração Étnico-Racial e da Comissão de Validação de Autodeclaração de Candidatos Pretos, Pardos ou Indígenas.

são exclusivas às relações interpessoais, mas estão presentes nas dimensões política e social (p.127).

Conforme Silva (2002), também citado por Lopez (2009, p.127), o racismo institucional torna-se difícil de ser identificado e/ou denunciado, já que se reproduz de maneira velada,

não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação (como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial, tal qual reconhecidas e punidas pela Constituição brasileira). Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades.

O racismo institucional presente nas universidades, além de ser um mecanismo que silencia a presença de indivíduos negros nos espaços institucionais, também se constitui em instrumento de silenciamento dos indivíduos ao não proporcionar espaços de debate que coloquem em xeque tal questão, como a discussão sobre a efetividade - ou não - das políticas públicas de cotas até então adotadas.

Como menciona Lopez, tais processos podem ser considerados como um problema para o avanço das políticas de inclusão, pois:

Pode-se destacar que o paradoxo central que colocam estas políticas é o de que instituições públicas tenham de assumir que elas (re)produzem mecanismos de “racismo institucional” para justificar a execução de políticas de igualdade racial. (LOPEZ, 2012, p.126).

Como Souza (2011, p.80) reitera, muitas vezes os grupos não excluídos (no caso brasileiro, geralmente as pessoas brancas que fazem parte de uma hegemonia nacional), se beneficiam desse contexto de exclusão institucional mesmo sem a intenção de discriminar, já que

Os aparatos institucionais de uma dada sociedade encontram-se a serviço dos grupos hegemônicos que os criam e fazem com que funcionem para a reprodução do sistema que lhe confere significado e existência. Alguém que esteja operando esse sistema poderá produzir resultados raciais injustamente diferenciados ainda que não tenha intenção de fazê-lo. Embora esse tipo de racismo possa ser de difícil detecção, suas manifestações são observáveis por meio dos padrões de sistemática desigualdade produzida pelas burocracias do sistema, que, por sua vez, ao lado das estruturas, formam as instituições.



Entender os mecanismos de reprodução de racismo institucional, no entanto, pode não ser “tarefa fácil” para um país que possui como marca em sua história o racismo estrutural, e cujo governo, somente após os anos 2000, começou a compreender e ouvir a mobilização do movimento negro pressionando pela elaboração de políticas públicas que promovessem a igualdade racial. Portanto, enquanto os valores racistas perpetuarem no nosso sistema, as instituições continuarão reproduzindo o racismo, situação que somente se modificará quando:

o sistema começa a ser questionado, temos um quadro propício para mudanças institucionais que incluam as reformas (necessárias porque são capazes de oferecer respostas urgentes) e que se antecipem à produção de instituições racistas. (SOUZA, 2011, p.84).

Ao discutir questões relacionadas ao racismo institucional, Souza (2011, p.85) reforça em seu artigo que culpar somente o sistema não basta. É preciso identificar a essência do racismo e quais os métodos efetivos para corrigir as situações provenientes dele.

## CAPÍTULO 2: O GÊNERO DOCUMENTÁRIO E AS NARRATIVAS DE VIDA

O documentário, por si só, carrega o pressuposto de ser um gênero condizente com o estatuto de verdade. Nichols (2008) *apud* Diniz e Ribas (2014, p. 25), “define o documentário como uma representação do real”. Baltar, pensando de acordo com Nichols, aponta que, mesmo com a interferência do autor/diretor do documentário ao imprimir suas percepções de mundo, o produto não perde seu teor de autenticidade:

O autor recorta a “realidade acontecendo” como o elemento que o filme quer ou não mostrar; um efeito que é construído na organização do discurso fílmico; em que montagem, escolha de enquadramentos e certos tratamentos do som são instâncias que conduzem essa “impressão”, transparente ou opaca, de captação e tratamento da realidade (BALTAR, 2004, p.155).

Nichols também pontua, em “Introdução ao documentário” (2005, p.68), que pensar nas escolhas na direção de um documentário, é pensar nesse produto como um tratamento criativo da realidade - e não uma real transcrição dela - uma vez que mesmo narrado a partir de uma abordagem do mundo histórico, o documentarista vê o mundo sob seu ponto de vista.

Apesar disso, Nichols não dispensa a afirmação de que deve-se ao gênero certa credibilidade: “esse gênero ainda preserva uma tradição de sobriedade em sua determinação de influenciar a maneira pela qual vemos o mundo e procedemos nele” (p. 69). Por isso, o documentário está em constante união com as expectativas do espectador que acredita em seu efeito de sentido de autoridade.

A noção desse sentido de autoridade também está presente nos relatos de vivências próprias. Ao estudar as biografias e autobiografias, Leonor Arfuch (2010, p. 81) complementa que tem-se um lugar privilegiado ao falar sobre o que se vive pois carrega-se a garantia de autenticidade. E tal autenticidade/autoridade, quando tratamos de documentários com a presença de relatos, não precisam ser confirmadas por um grande número de pessoas uma vez que esse gênero

dá vazão a várias pessoas para confirmar algo, não pondo em risco sua credibilidade. Afirmar que ele seja um gênero marcado pela subjetividade não significa que seja monofônico, já que uma das possibilidades do documentário é trazer um aprofundamento do assunto, buscando ouvir diferentes opiniões a fim de confrontá-las e constituir um debate. (DINIZ; RIBAS, 2014, p.32).

Os relatos aparecem nos documentários de estudos qualitativos como forma de legitimar um discurso a partir da vivência e da relação da fonte com o assunto abordado.

Para Nichols (2005, p.135), o modo de se fazer documentário contempla seis principais subgêneros, sendo eles: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático (e apesar desses subgêneros aparecerem na literatura de Nichols como modelos a serem seguidos, o autor acrescenta que existe uma margem de liberdade para utilizar características de dois ou mais dos protótipos em uma produção).

O modo poético tem como matéria prima o mundo histórico, e o apresenta através de formas subjetivas, alternativas. Neste subgênero, a transmissão de informações não acontece de forma direta, mas de maneira lírica, provocando sentimentos.

No modo expositivo, por outro lado, fragmentos do mundo histórico são apresentados diretamente por meio de discursos argumentativos. Os documentários deste modelo costumam utilizar a “voz de Deus” como Nichols denomina, um orador apenas audível e onisciente, que surge para consolidar falas e estabelecer objetividade.

Já no modo participativo, o diretor do documentário surge como um observador-participante, que se integra ao grupo analisado e busca passar por meio do seu produto o que seria a sensação de vivenciar os espaços ou as situações de outros sujeitos:

O cineasta despe o manto do comentário com *voz-over*, afasta-se da meditação poética, desce do lugar onde pousou a mosquinha da parede e torna-se um ator social (quase) como qualquer outro. (Quase como qualquer outro porque o cineasta guarda para si a câmera e, com ela, um certo nível de poder e controle potenciais sobre os acontecimentos.) (NICHOLS, 2005, p. 154).

No subgênero observativo a participação do cineasta se restringe a tão (ou quase) somente a operar as câmeras e demais equipamentos. Como um verdadeiro *voyeur*, ele se posiciona de modo a registrar as cenas cotidianas, sem maiores interferências.

O modo reflexivo, como sugere o próprio nome, possibilita reflexões sobre as construções e representações contidas no documentário. Nas próprias palavras de Nichols, “o documentário reflexivo estimula no espectador uma forma mais elevada de consciência a respeito de sua relação com o documentário e aquilo que ele representa.” (2005, p.166). Neste subgênero, uma das maiores tentativas é a de induzir um efeito de surpresa ou de compreensão de um princípio ou estrutura, como as representações de experiências mais localizadas.

Por fim, no subgênero performático, há um afastamento de objetividade e de informações diretas, pois a experiência e a memória contemplam seu caráter subjetivo, a partir de uma nítida sensibilidade que o cineasta tenta transpassar: “espalham-se tons evocativos e nuances expressivas, que constantemente nos lembram de que o mundo é mais do que a soma

das evidências visíveis que deduzimos dele” (NICHOLS, 2005, p. 173). Ainda sobre a importância da experiência neste subgênero, o autor pontua que

O filme é menos sobre história das classes dominantes - o que aconteceu, quando e por quê - e mais sobre história das bases - o que uma pessoa poderia experimentar e como poderia ser a passagem por aquela experiência. (NICHOLS, 2005, p. 173).

Esse lugar de fala representativo, de experiências pessoais (as próprias narrativas de vida), permite que grupos marginalizados possam encontrar espaço para dar força às suas vozes:

A trajetória do documentário no Brasil revela uma tendência, oriunda desde a década de 1960, em tematizar as classes marginalizadas, traduzida em certo esforço para dar a voz àqueles que dela eram privados nas narrativas midiáticas tradicionais. (LUCINDA, 2017, p.34).

A identificação do indivíduo está diretamente atrelada ao conceito de representatividade, e as mulheres negras são pouco ou quase nunca representadas em espaços midiáticos. Raramente apresentada como protagonista de filmes/novelas, a mulher negra brasileira é, até os dias de hoje, representada em papéis subalternos que reforçam estereótipos do “lugar da mulher negra”. Por isso, é importante possibilitar outros espaços para que as vivências invisibilizadas das mulheres negras sejam registradas, dando às próprias personagens, autonomia para falarem de si, evidenciando a necessidade de que pautas venham à tona e sejam debatidas.

O silenciamento estrutural desses grupos à margem, especialmente do povo negro nesse caso, conforme aponta a pesquisadora brasileira negra e feminista Djamilia Ribeiro em seu livro “O que é lugar de fala?” (2017, p.77), parte de um projeto de colonização que autorizou apenas alguns sujeitos a falarem e questiona se existe o mesmo espaço de legitimidade entre grupos opressores e oprimidos:

Dentro desse projeto de colonização, quem foram os sujeitos autorizados a falar? O medo imposto por aqueles que construíram as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados? Falar, muitas vezes implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço de legitimidade?

Djamila também retoma às palavras de Kilomba Grada, que em 2012 escreve sobre o silenciamento dos povos negros fazendo uma referência à máscara de flandres, uma máscara de tortura usada para impedir que os escravos falassem e se alimentassem:

A máscara, portanto, suscita muitas questões: por que a boca do sujeito negro deve ser presa? Por que ela ou ele deve ser silenciado? O que poderia dizer o sujeito negro se sua boca não fosse selada? E o que o sujeito branco deveria ouvir? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos “Outros”. Verdades que foram reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase “quieto na medida que é forçado a”. Essa é uma expressão das pessoas da Diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2012, p.20 apud RIBEIRO, 2017, p.78).

O documentário possibilita esse lugar de fala, o lugar de ser sujeito político que se posiciona e pode ser visto - e ouvido.

Nichols (2005, p. 73) reforça que é importante observar a voz de um documentário, ou seja, o meio pelo qual um ponto de vista ou uma perspectiva singular se apresenta. Para o autor, é justamente essa voz própria que permite que cada produção seja única e que revela o estilo do documentário: “o estilo deriva parcialmente da tentativa do diretor de traduzir seu ponto de vista sobre o mundo histórico em termos visuais, e também de seu envolvimento direto no tema do filme.” (NICHOLS, 2005, p. 74).

Na produção “Todo mundo vai querer dançar comigo”, exploramos narrativas de vida de quatro mulheres que compartilham de diferentes espaços da Universidade Federal de Viçosa, acerca de suas vivências enquanto mulheres negras. Podemos observar que as vivências tendem a se assemelhar em algumas questões, como a percepção, ainda na infância, de sofrer racismo velado e não ter tais discussões relacionadas no ambiente familiar, ou ainda o preterimento na adolescência e os esforços necessários para que reafirmassem seu lugar por meio de distintas estratégias.

Na condução das entrevistas e na edição do documentário, buscamos articular uma lógica organizadora que evidenciasse tais semelhanças, com o objetivo de retratar uma constante entre as ramificações históricas (causas) e sociais (consequências) apresentadas a partir dos relatos dos sujeitos. Ou seja, nosso objetivo foi apontar que independente dos espaços e das classes que ocupam, por serem mulheres e negras (localização social), vivenciam situações parecidas devido a um processo histórico discriminatório.

Em um artigo de Conceição de Maria Ferreira Silva (2009), sobre as representações das religiões afro-brasileiras e as possibilidades de expressão de grupos subalternos no documentário, a autora conclui que a retratação de uma experiência pessoal também reflete questões coletivas, já que essa voz política é capaz de falar sobre visões e perspectivas que compartilham um mesmo histórico:

homens e mulheres negras [...] compartilham um histórico de exclusão, [...] lutam cotidianamente contra a histórica condição de subalternidade, contra as inúmeras formas (sutis ou não) de racismo e principalmente, contra a violência simbólica, pois demonstra também a possibilidade do negro se tornar visível, ao se apropriar da mídia ou ao criar novas formas de comunicação que respondam às suas demandas de justiça social e participação política, que abre a possibilidade da população negra não ser representada, mas de ser reconhecida como sujeito capaz de criar seus próprios discursos.

Falar sobre a história de luta e resistência das mulheres negras é necessário. É preciso refazer, por outras perspectivas que não somente a do colonizador, nossos passos na trajetória desse país. Precisamos evidenciar as mulheres negras como sujeitos políticos essenciais na construção da identidade brasileira (e da identidade negra brasileira), expondo as desigualdades, o racismo, o machismo. E todos os outros segredos que tentam ocultar, que tentam silenciar.

## CAPÍTULO 3: RELATÓRIO TÉCNICO

Para a composição deste trabalho, dividimos as atividades em três etapas: pré-produção, produção e pós-produção. Os processos de cada uma das etapas foram descritos nas subdivisões a seguir.

### 3.1 Pré-produção

Durante a etapa de pré-produção aplicamos a técnica da observação natural, uma vez que a orientanda é participante da comunidade investigada (comunidade negra). O objetivo dessa metodologia inicial foi identificar temáticas presentes nas falas de mulheres negras que compartilham do ambiente universitário, bem como localizar possíveis fontes e temáticas a serem abordadas. Os eventos “I Encontro Intercampi de Estudantes Negras e Negros da UFV” (dias 18 e 19 de maio de 2018), “5 anos de Pérolas Negras” (11 a 16 de junho de 2018) e “Rio da Vida - Mulheres Negras na UFV” (18 de agosto de 2018) possibilitaram as primeiras observações. Após o período de coleta de informações, análises de outros documentários e realização de algumas leituras bibliográficas, fizemos uma seleção prévia de fontes, partindo para as pré-entrevistas. Ao total, treze mulheres participaram da etapa de pré-entrevista (estudantes, professoras e servidoras), procuradas pela orientanda a partir de indicações.

Nesta etapa fizemos algumas perguntas para conhecer suas trajetórias pessoais e profissionais. A partir dessas entrevistas iniciais, pudemos perceber a presença de questões canônicas em quase todas as narrativas de vida, sendo elas: a força da mulher negra<sup>4</sup>; o sentimento constante de não-pertencimento aos espaços (sejam esses espaços na academia ou outros); a escola como um momento marcante na infância, bem como o lugar em que experienciaram conscientemente primeiros obstáculos do racismo; a presença de um racismo de forma velada/sutil na vida adulta, que dificulta seu enfrentamento direto; a compreensão de ser um sujeito político que luta e resiste diariamente; e a figura materna como referência (quase sempre relacionadas diretamente com a força, as entrevistadas retomaram palavras como “guerreira” e “batalhadora” para definirem suas mães).

---

<sup>4</sup> Em contraposição ao “mito da fragilidade feminina” que dialoga especialmente com as vivências de mulheres brancas, as pautas relacionadas ao feminismo negro emergiram em meados dos anos 80, na chamada terceira onda do feminismo, e discutem sobre essa fragilidade não se aplicar às mulheres negras que precisam a todo momento se mostrarem fortes e resistentes.

### 3.2 Produção

Nesta etapa, entrevistamos quatro mulheres que compartilham das vivências de serem negras no contexto acadêmico: uma docente, duas servidoras (uma terceirizada e uma efetivada) e uma estudante. A delimitação de quatro fontes para o documentário teve de ser condizente ao tempo de duração do produto final, que deve ter entre 20 a 30 minutos, e a apresentação de fontes que ocupem espaços/papeis sociais diferentes dentro da instituição.

Nas entrevistas, aplicamos a entrevista em profundidade - técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências. Conforme Jorge Duarte pontua:

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. [...] Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (DUARTE, 2009, p. 63 apud MOURA e ROCHA, 2017, p. 167).

Aqui, nosso objetivo foi privilegiar as experiências e significações subjetivas de cada fonte acerca de suas vivências. A partir de perguntas-base elaboradas de acordo com a recorrência de temas nas narrativas das mulheres negras na etapa de pré-entrevista, as entrevistas foram compostas por questões semi-estruturadas (que nortearam o andamento das entrevistas, mas não limitaram as narrativas de vida das fontes), de caráter aberto, e a partir de uma questão central proposta: a descoberta da identidade negra.

Estruturamos um pré-roteiro para o documentário focalizando no racismo velado e na força inerente que espera-se dessas mulheres, ambos temas presentes na maioria dos relatos colhidos a partir das pré-entrevistas. Nosso principal objetivo foi propor uma reflexão entre as barreiras da existência enquanto mulheres negras - ao vivenciarem uma intersecção de opressões (gênero e raça) - e suas possibilidades de potência e resistência.

As fontes selecionadas passaram por critérios de conveniência (disponibilidade e proximidade) e por uma seleção intencional, a partir do conhecimento das vivências representativas sobre a temática pautada. A gravação das entrevistas foi feita com duas câmeras Nikon D3200 (lentes 24mm para planos abertos e 50mm para planos detalhe), dois tripés e uma lapela sem fio - equipamentos disponibilizados pelo Departamento de Comunicação



Social/UFV. Nas gravações de imagens de cobertura, utilizamos uma câmera Canon T5i de uso pessoal e um tripé.

As locações utilizadas nas gravações das entrevistas compreendem os espaços da UFV, assim como as imagens de cobertura em que as fontes aparecem trabalhando e/ou estudando. Outras imagens de cobertura foram feitas nas residências das fontes.

### 3.3 Pós-produção

A etapa de pós-produção iniciou-se com a decupagem (transcrição literal) das entrevistas. De todo o trabalho, esta foi a parte que mais despendeu tempo e esforços, uma vez que cada arquivo de entrevista gravada tinha entre 40 a 45 minutos. No entanto, foi também uma etapa extremamente necessária para a elaboração do roteiro, pois todas as fontes tinham muitas histórias para contar e muitas dessas histórias eram parecidas umas com as outras – o que poderia levar à uma possível confusão na etapa de edição (caso não tivéssemos elaborado um roteiro).

Com as decupagens em mãos, definimos uma estrutura para o roteiro, organizando as narrativas em dois grandes momentos, de acordo com os temas em comum às fontes: o racismo velado (e as percepções pessoais sobre o problema ainda na infância, bem como a falta de discussões sobre isso e suas consequências nas trajetórias das mulheres), e a força inerente que se espera da mulher negra. Neste segundo ponto, a questão também é apresentada como uma “cobrança” que é sempre designada à mulher negra.

A relação com a família – e principalmente a visão da figura materna como exemplo de mulher negra<sup>5</sup> - surgiu em três dos quatro relatos das entrevistas, então consideramos uma terceira categoria. No entanto, ela aparece de forma mais subjetiva por meio do uso de imagens de cobertura durante todo o tempo do documentário, que evidenciam os relacionamentos entre as mulheres negras (fontes) e seus familiares.

A trilha sonora foi composta pelas músicas O que se cala (Elza Soares), Cast of Pods (Doug Maxwell), Just a moment (Lobo Loco), Water Lillies (Density & Time), Um corpo no mundo (Luedji Luna) e Cota não é esmola (Bia Ferreira). Excluindo as músicas de Doug Maxwell, Lobo Loco e Density & Time, que foram utilizadas como músicas de fundo e não

---

<sup>5</sup> Tokita, em seu artigo “Mulheres Negras” (2013, p.127), explica muito bem essa relação de espelho e identificação de filhas e mães negras: “O papel da mãe negra é, assim, o de funcionar como um espelho para as filhas, de mulher forte. E é nesse espaço que a filha negra vê que é desejada e que, de algum modo, ocupa um lugar no mundo, apesar de este mundo dizer que seu lugar, é um *não lugar*. Aí reside à força desta configuração familiar.” (2013, p.127).

apresentam nenhuma letra, todas as outras três são de autorias de mulheres negras e suas letras trazem reflexões sobre o que é ser uma mulher negra brasileira e os lugares que ocupam.

Para a edição do documentário, utilizamos o programa Adobe Premiere Pro CC 2017. As reuniões de orientação, bem como as pesquisas bibliográficas acerca da temática abordada e do gênero proposto (audiovisual/documentário) e a redação do memorial foram feitos durante todas as etapas anteriormente descritas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo o registro documental um tratamento criativo da realidade, como sugere Nichols (2005, p.68), ao permitir alterações da equipe que o produz; e entendendo também que todas as seleções (de fontes para a pré-entrevista e, posteriormente, fontes para o documentário, por exemplo) partiram de escolhas mais ou menos intencionais, trabalhamos com relatos de quatro mulheres, que em suas semelhanças e diferenças em relação às temáticas propostas para discussão, mostram quais lugares são ocupados por mulheres negras e se são ou não bem vindas nestes espaços.

Nossa proposta de documentário contempla três dos subgêneros apresentados por Nichols (2005). Conseguimos identificar em “Todo mundo vai querer dançar comigo” características tanto do modo participativo, ao considerar a orientada participante do grupo que analisa, além de ser um dos nossos objetivos mostrar quais experiências perpassam as existências de mulheres negras; do modo performático, pois queremos que os espectadores identifiquem uma afinidade subjetiva com as perspectivas das entrevistadas<sup>6</sup>; quanto em relação ao subgênero reflexivo, uma vez que a partir de experiências localizadas, nosso propósito com este trabalho também é de possibilitar reflexões sobre o que é ser uma mulher negra no Brasil, ocupante do espaço da academia, considerando a estrutura racista e sexista do nosso país.

Para a elaboração desse trabalho recorreremos a dois conceitos importantes, que foram identificados após as leituras bibliográficas e as pré-entrevistas, para nortear o roteiro do documentário. Presentes em várias das narrativas de mulheres negra, o racismo velado aparece de modo mais perceptível nas vivências das mulheres negras (considerando as outras formas de racismo), e apesar desta ser uma forma mais sutil, interfere e desestabiliza os grupos sociais tanto quanto suas outras formas de expressão.

O segundo conceito trabalhado durante a condução das entrevistas foi a força inerente que é sempre esperada da mulher negra. Ao ser vista como “guerreira” e “batalhadora”, essa também pode ser considerada uma modalidade de racismo estrutural, pois é cobrado que a mulher negra sempre se mostre capaz e resista em seu lugar.

Apesar da limitação de quatro fontes para o documentário (determinada pelo fator tempo do produto final) acreditamos que por serem mulheres de trajetórias, ocupações e idades distintas, conseguimos trazer pluralidade para os temas abordados, uma vez que cada uma

---

<sup>6</sup> Segundo Nichols (2005, p. 171), “o documentário performático busca deslocar seu público para um alinhamento ou afinidade subjetiva com sua perspectiva específica sobre o mundo.”

compartilha de vivências singulares e, portanto, possuem narrativas diferentes. No entanto, também é importante salientar que compreendemos a existência de múltiplas trajetórias de diferentes mulheres negras na Universidade Federal de Viçosa, que podem se assemelhar ou divergir das que foram apresentadas neste trabalho.

Ao abordar as narrativas de mulheres negras que compartilham de diferentes espaços na Universidade Federal de Viçosa, buscamos pautar as temáticas inseridas em suas vivências, possibilitando que falassem de e por si mesmas. Conforme pontua Nichols, uma das características que determinam o documentário de subgênero reflexivo é sua possibilidade de levar à reflexão:

Os documentários politicamente reflexivos reconhecem a maneira como as coisas são, mas também invocam a maneira como poderiam ser. Nossa consciência mais exacerbada abre uma brecha entre conhecimento e desejo, entre o que é e o que poderia ser. Os documentários politicamente reflexivos apontam para nós, espectadores e atores sociais, e não para os filmes, como agentes que podem fechar essa brecha entre aquilo que existe e as novas formas que desejamos para isso que existe. (NICHOLS, 2005, p. 169).

Nosso principal objetivo com este trabalho foi apresentar quais brechas são essas, “como as coisas são” – as heranças de um passado escravocrata, e os dilemas que atravessam uma sociedade estruturada a partir de racismo e sexismo – e possibilitar a reflexão sobre quais seriam os mecanismos possíveis para alterar essa realidade, a maneira como as coisas “poderiam ser”.

Acreditamos que o documentário “Todo mundo vai querer dançar comigo” pode ser considerado um dispositivo para tais reflexões, pois ao permitir que as mulheres negras se apresentem enquanto sujeitos políticos que elucidam suas experiências como atos de potências e resistências, permitimos também que elas participassem da construção de novas narrativas. E possibilitar espaços para refazer narrativas que sempre inferiorizaram as mulheres negras, restringindo-as a papéis subalternos e silenciando-as constantemente, é uma pequena “brecha” para aquilo que desejamos que exista.

Como estudante concluinte do curso de Comunicação Social – Jornalismo, ter acesso à literatura negra, que traz a mulher negra como protagonista e legitima suas falas e discussões, me permitiu refletir sobre qual deveria ser a função da comunicação: um espaço que possibilite discussões amplas, heterogêneas e que, acima de tudo, incentive a pluralidade de sujeitos e vivências. Que entenda a importância de narrativas diversas, e que saiba acolher cada uma delas.

Afinal, se a comunicação é um direito fundamental, que represente todas(os) nós! Na mídia, na academia, nos cargos de trabalho - ou quaisquer outros lugares que queiramos estar.

## REFERÊNCIAS

ALCARAZ, Rita de Cássia Moser. **RESENHA**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 589-591, jun 2017. Disponível em <http://bit.ly/2DHQAFI>. Acesso 14 nov. 2018.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. P. 07-82. 2010. Disponível em <http://bit.ly/2LlqQyx>. Acesso 27 jun. 2017.

BALTAR, Mariana. **Autoridades eletivas: o lugar do documentário em meio ao universo audiovisual**. Fronteiras - estudos midiáticos. Rio Grande do Sul, v. VI, nº 1 - janeiro/junho de 2004. Disponível em <http://bit.ly/2sHIipv>. Acesso 30 mai. 2018.

BERTULIO, Dora Lúcia de Lima. **Ação Afirmativa no Ensino Superior** – considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs.). O negro na universidade - o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BRAGA, Tuwile Jorge Kin. **A Territorialidade do Servidor Negro da Universidade Federal de Viçosa**. Monografia (Graduação em Geografia) – UFV, 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A HONRA - Injúria. Art.140, § 3º. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De12848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm). Acesso 04 set. 2018

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm). Acesso 04 set. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso 30 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 12.990, de 09 de junho de 2014**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm). Acesso 30 abr. 2018.

DINIZ, Iara Gabriela; RIBAS, Raíra Emanuelle. **A Voz Silêncio: Um Retrato da Violência Doméstica na Grande Vitória**. Memorial (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) - UFV, 2014.

DIVINO, Luiz Flávio Conceição. **Docentes Negros(as) no “Mundo” dos Homens Brancos**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFV, 2016. Disponível em <http://bit.ly/2Jhhi7L>. Acesso 31 mai. 2018.

FALCÃO, Patrícia Correia. **A mulher negra escrava no Brasil**. 16/06/2016. Fazendo História. Disponível em <http://bit.ly/2Ji0ZqP>. Acesso 30 mai. 2018.

FERREIRA, Edimara Maria. **Paisagem Universitária e a Representação Social do Negro na Universidade Federal de Viçosa: Caminhos Percorridos de 1980 a 2015**. Dissertação (Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - UFV, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em <http://bit.ly/2LYXozO>. Acesso 30 abr. 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. Mar/2017. Disponível em <http://bit.ly/2IOzTGG>. Acesso 30 mai. 2018.

LOPES, Igor Gonzaga; CARVALHO, Carina Loureano de. **Mulher escrava: uma ressignificação história.** Revista COCAR, Belém, v.10, n.20, p. 236 a 254 – Ago./Dez. 2016. Disponível em <http://bit.ly/2LXU5sG>. Acesso 30 mai. 2018.

LOPEZ, Laura Cecília. **O conceito de racismo institucional:** aplicações no campo da saúde. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, Mar. 2012. Disponível em <http://bit.ly/2zYpYNq>. Acesso 28 ago. 2018.

LUCINDA, Tatiana Vieira. **A partilha do sensível no documentário social contemporâneo:** um olhar sobre filmes que tematizam a rualização. In: SIV SPACL SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM Artes, cultura e linguagens. INSTITUTO DE ARTES E DESIGN UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA JUIZ DE FORA – MG. Grupo Temático: O REAL, O RISCO E A REPRESENTAÇÃO DA ALTERIDADE NO CINEMA. Nov/2017. Disponível em <http://bit.ly/2srWnIj>. Acesso 04 jun. 2018.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa Leda Fonseca. **Memória e história:** entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. Revista Comunicação Midiática ISSN: 2236-8000 v. 12, n. 2, p. 161-176, maio/ago. 2017. Disponível em <http://bit.ly/2res6f4>. Acesso 03 dez. 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Tradução Mônica Saddy Martins. Campinas: SP. Coleção Campo Imagético. 5.ed. Papirus, 2005.

PELLIZZARO, Vinícius Uberti. **Racismo Institucional – O Ato Silencioso que Distingue as Raças.** 07/11/2017. Geledés | Instituto da Mulher Negra. Disponível em <http://bit.ly/2kLsOgC>. Acesso 28 abr. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: MG. Letramento, 2017.

SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **A VOZ DO DOCUMENTÁRIO E A EXPRESSÃO DO SUBALTERNO NOS FILMES: ORI, SANTO FORTE E ATLÂNTICO NEGRO - NA ROTA DOS ORIXÁS.** V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em <http://bit.ly/2RC91z8>. Acesso 05 out. 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos; CAVALLEIRO, Eliane; BARBOSA, Maria Inês da Silva; RIBEIRO, Matilde. **AÇÕES AFIRMATIVAS: POLÊMICAS E POSSIBILIDADES SOBRE IGUALDADE RACIAL E O PAPEL DO ESTADO.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913, set. 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em <http://bit.ly/2zjTA6D>. Acesso 31 out. 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais.** 2011. Disponível em <http://bit.ly/2OxQyG7>. Acesso 18 out. 2018.

SOUZA, Arivaldo Santos de. **RACISMO INSTITUCIONAL: PARA COMPREENDER O CONCEITO.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 1, n. 3, p. 77-88, fev. 2011. ISSN 2177-2770. Disponível em <http://bit.ly/2QGnLMv>. Acesso em: 28 ago. 2018.

TOKITA, Márcia Figueiredo. **Mulheres negras.** Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. pp.120-133. 10 a 13/09/2013. Disponível em <http://bit.ly/2S6oojG>. Acesso 18 out. 2018.

## ANEXOS

### Roteiro do documentário “Todo mundo vai querer dançar comigo”

#### a. Visão Original

O documentário apresenta as vivências de mulheres negras no que tange suas trajetórias pessoais e/ou profissionais na Universidade Federal de Viçosa. Ao falar de representatividade, grupos marginalizados muitas vezes se sentem em um “não-lugar” ao participarem de espaços majoritariamente ocupados por uma comunidade de maioria branca.

Nossa ideia central é evidenciar as mulheres negras enquanto sujeitos ativos e constituintes do espaço formador de saber que é a universidade, bem como suas particularidades e enfrentamentos por pertencerem a dois grupos historicamente excluídos, o de *ser mulher* e o de *ser negro*.

#### b. Proposta de Documentário

A proposta do documentário é trabalhar a partir das vivências de mulheres negras e como estas definiram suas identidades do que é *ser uma mulher negra*. Também queremos enfatizar a questão da mulher negra ocupando diferentes cargos na academia. Por isso, entrevistamos quatro mulheres, sendo uma estudante, uma professora, e duas servidoras (uma efetivada e uma terceirizada); a fim de tecer uma narrativa que compreenda diferenças e semelhanças de suas trajetórias.

Pretendemos focalizar o documentário na questão do **racismo velado** que acomete as mulheres negras e na **força inerente** que se espera dessas mulheres. Nosso principal objetivo é propor um diálogo entre as barreiras da existência enquanto mulheres negras - ao vivenciarem uma intersecção de opressões (gênero e raça) - e suas possibilidades de potência e resistência.

#### c. Eleição e Descrição do(s) Objeto(s)

##### Fontes:

Estudante: Monalisa Carmo (mestranda em Educação)

Professora: Junia Marise (professora do Departamento de Educação)

Servidora efetivada: Luciana Maria (servidora efetivada, atuante na Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PPO)

Servidora terceirizada: Rosilene Ferreira (servidora terceirizada, atuante na empresa Arte e Brilho)

#### d. Eleição e Justificativa para a(s) Estratégia(s) de Abordagem

Entrevistas individuais: as entrevistas foram conduzidas de forma individual, a partir de questões pessoais identificadas na etapa de pré-entrevista (realizada antes das gravações em vídeo), e dos dois pontos sugeridos para a narrativa do documentário anteriormente citados (o racismo velado e a força que espera-se das mulheres negras).

Filmagem de imagens de cobertura: para compor as narrativas, bem como para contextualizar e permitir “visibilidade” ao assunto dito, gravamos tanto momentos cotidianos das fontes, como eventos e intervenções (como pichações existentes no espaço da Universidade Federal de



Viçosa), que se relacionavam com as temáticas abordadas. Outras imagens mais “genéricas”, como gravações de departamentos, foram feitas posteriormente à primeira edição, quando identificamos a necessidade de ilustrar as narrativas.

#### e. Simulação da(s) Estratégia(s) de Abordagem

Procedimento geral: a gravação das entrevistas foi feita com duas câmeras no local (NIKON D3200), dois tripés e uma lapela sem fio. As duas câmeras foram posicionadas de frente para as fontes, sendo a segunda responsável por captar imagens em plano detalhe (sugestão: lentes 24mm para plano aberto e 50mm para plano fechado/detalhe). A gravação do som foi feita no momento da filmagem, sendo acrescentadas somente as músicas na etapa de edição. Todas as locações compreendem aos espaços da Universidade Federal de Viçosa. Optamos por trabalhar com duas locações em espaço aberto e duas em espaço fechado, sendo:

- Gravação Rosilene: espaço aberto próximo ao prédio do Departamento de Economia Doméstica e Educação;
- Gravação Monalisa: espaço aberto próximo ao prédio do Departamento de Economia Rural;
- Gravação Júnia: Sede da ASPUV - Seção Sindical dos Docentes da UFV, localizada na Vila Giannetti, Casa 52;
- Gravação Luciana: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PPO, localizada no prédio Edifício Arthur Bernardes/UFV.

#### f. Sugestão de Estrutura

##### **Abertura:**

Imagens de cobertura do cotidiano e detalhes das mulheres entrevistadas - feitas nos dias das gravações das entrevistas e em dias de acompanhamento das fontes. Música de fundo: “O que se cala”, Elza Soares (composição Douglas Germano), evidenciando o “lugar de fala” e o reforço à identidade relacionados à temática do documentário.

*As situações 1, 2 e 3 condizem com as gravações das entrevistas. Foram intercaladas imagens das fontes (gravação da entrevista), imagens de cobertura das fontes (fotografias ou imagens de arquivo) e imagens de cobertura feitas na Universidade Federal de Viçosa (eventos, pichações, reuniões do NEAB, momentos cotidianos das entrevistadas, e espaços da UFV).*

##### **Situação 1: Apresentação das fontes**

Foram lembrados os momentos de infância e da adolescência, pautando temáticas como a vida familiar, a trajetória na escola e a existência (ou não) de discussões relacionadas ao racismo e sexismo, e o momento ímpar da tomada de consciência racial.

##### **Situação 2: Racismo velado e desdobramentos**

Situações vivenciadas de racismo na instituição universitária (como racismo explícito, velado ou institucional), e o não-lugar da mulher negra na academia. Músicas de fundo: Cast of Pods (Doug Maxwell) e Water Lillies (Density & Times).

##### **Situação 4: Afetividade familiar**

Esta parte foi representada de forma mais subjetiva (e sem falas diretas) a partir da utilização de imagens de cobertura e músicas de fundo. Músicas: Just a moment (Lobo Loco) e Um corpo no mundo (Luedji Luna).

**Situação 3: Saber-se negra<sup>7</sup>**

Apresentação dos processos e enfrentamentos ao entender-se como mulheres negras, e discussão sobre a força/cobrança imposta sobre essas mulheres. Referências pessoais de mulheres negras.

**Situação 5: Resistência**

Conclusão com falas reflexivas sobre o espaço de luta que a mulher negra enfrenta diariamente. Música: Cota não é esmola (Bia Ferreira). Acréscimo de imagens de cobertura diversas. Finalização com breve contextualização das fontes, aproveitando para incluir fatos que não foram apresentados no documentário, e créditos finais.

## g. Orçamento

A maioria dos equipamentos utilizados são de dependência do Departamento de Comunicação Social – Jornalismo / UFV, como as câmaras, tripés e lapela. Também foi utilizada uma câmera de uso pessoa, Canon T5i para a captação de imagens de cobertura. O único gasto direto na produção do documentário foi a compra de quatro pilhas alcalinas para possível descarga das pilhas da lapela, no valor de R\$16,00.

## h. Cronograma de Produção

As gravações das entrevistas foram realizadas nos dias 10/10/18 com Júnia Marise, 11/10 com Luciana Maria, 20/10 Rosilene Ferreira, e 22/10 Monalisa Carmo. As gravações contaram com a ajuda cinegráfica de Ianka Silva e Sara Brunelli, também estudantes do curso de Comunicação Social – Jornalismo / UFV. As decupagens foram realizadas também no mês de outubro, até o dia 24/10; e o roteiro foi finalizado no dia 26/10. As gravações de imagens de cobertura foram feitas durante todo o mês de outubro. No dia 14/11 finalizamos toda a etapa de edição do documentário.

---

<sup>7</sup> Em referência ao livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, de Neusa Santos Souza, lançado em 1983, que apresenta as experiências de ser negro numa sociedade branca, tocando em questões como as experiências emocionais dos negros e o desafio de sua ascensão social. Uma dessas experiências é a de “saber-se negra”.

### Lauda do documentário “Todo mundo vai querer dançar comigo”

Técnica/imagens	Áudio
<p>Imagens de cobertura (pichações no espaço da UFV, fachada do prédio Arthur Bernardes da UFV, cotidiano das entrevistadas)</p> <p>Texto na tela: por amanda carneiro            Texto na tela: todo mundo vai querer dançar comigo</p> <p>Imagens de cobertura (pichações no espaço da UFV, cotidiano das entrevistadas)</p> <p>01’02” - texto na tela: Júnia Marise - professora</p> <p>01’39” - imagem de cobertura (fotografias de arquivo)</p> <p>01’46” - texto na tela: Monalisa Carmo - estudante</p> <p>02’15” - texto na tela: Luciana Pereira - servidora efetivada</p> <p>02’50” - imagens de cobertura (espaços da UFV: reunião do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB, e Biblioteca Central UFV)</p> <p>03’07” - imagens de cobertura (menina negra colocando uma coroa de princesa e sorrindo)</p> <p>03’25” - texto na tela: Rosi Ferreira - servidora terceirizada</p> <p>04’57” - imagem de cobertura (Júnia olhando no celular e mexendo em</p>	<p>SOBE SOM: Elza Soares - O que se cala</p> <p>00’49” a 01’39”: Então é uma coisa interessante porque acho que naquela época a gente não falava disso, a gente não pensava sobre isso, ninguém conversava sobre (...) Hoje a leitura é outra mas certamente eu passei minha infância sem me dar conta de nada disso.</p> <p>01’39” a 2’10”: Eu cresci numa família de pessoas negras, né (...) Logo o ano seguinte após a morte do meu pai, eu fui para uma escola particular. Então era uma escola de pessoas brancas, e em contraponto a minha família negra, então sempre pra mim foi assim, eram dois universos mesmo.</p> <p>02’11” a 03’06”: Tinha a minha mãe muito assim, na sua simplicidade, ela passava pra gente de uma forma que era até engraçada (...) Porque não tinha essas discussões dentro de casa, de mostrar assim, ‘não, o lugar do negro é aqui também, o lugar do negro é em qualquer lugar que ele tenha que ter’.</p> <p>SOBE SOM: Doug Maxwell - Cast of Pods</p> <p>03’11” a 04’10”: Bem, lá na minha escola acontecia, assim, a eleição para rei e rainha da primavera. Só uma vez que eu fui princesa (...) Então eu cresci com isso na mente: de tentar mudar a minha história, a situação. Porque aquilo ali na escola não era só comigo, era com várias crianças que era um preconceito que antigamente ele não era muito exposto.</p> <p>04’11” a 05’16”: Eu não consegui dar nome, ninguém falava sobre aquilo, ninguém falava nada... (...) Até isso é simbólico e hoje eu tenho</p>

<p>seu cabelo)</p> <p>05'17" - imagens de cobertura (espaços da UFV, pichações no espaço da UFV e cotidiano das entrevistadas)</p> <p>07'37" - imagem de cobertura (quadra de vôlei vazia, e bola quicando até parar)</p> <p>08'39" - imagens de cobertura (espaços da UFV)</p> <p>09'19" - imagens de cobertura (espaços da UFV)</p> <p>09'46" - imagens de cobertura (mãos em plano fechado escrevendo em cadernos)</p> <p>10'44" - imagens de cobertura (fotografias de arquivo)</p> <p>11'04" - imagens de cobertura (Monalisa estudando pelo computador e lendo um livro)</p> <p>11'40" - imagem de cobertura (enfeite de formatura Monalisa)</p>	<p>essa leitura, né.</p> <p>SOBE SOM: Lobo Loco - Just a moment</p> <p>05'38" a 05'04": A questão da auto-estima é marcante para a mulher negra, isso é um fato, né. (...) E aí eu escrevi no meu diário falando que um dia eu ia ser bonita, e que todo mundo ia querer dançar comigo.</p> <p>06'07" a 07'13": A solidão da mulher em geral, da ser humano em geral, é muito complicada. Ainda mais de uma mulher negra, que ela vem com preconceito (...) Então eu não tinha aquela pessoa para desabafar, para falar sobre a situação. Então eu sofri muito, mais muito mesmo nessa época.</p> <p>07'14": Eu, no meu time de vôlei tinha uma brincadeirinha de falar que, separar o time. (...)</p> <p>SOBE SOM: Density &amp; Times - Water Lillies</p> <p>A 08'09": Eu também tava construindo conhecimento, e pensando, começando a pensar, sobre uma série de coisas que me foram negadas por muito tempo, né.</p> <p>08'10" a 09'33": O racismo que mais preocupa é o racismo velado. (...) Então esse tipo de coisa, é coisa de dizer: 'Procura seu lugar, suburbana!'. É esse o recado.</p> <p>09'34" a 10'51": Porque a minha experiência com a universidade, e até mesmo de conhecimento, era de que era passada na época mesmo. (...) Com a cara e coragem e consegui formar, né.</p> <p>10'52" a 11'20": As pessoas não esperam nada da gente, né. (...) Então eu era a menina que tava ajudando os outros a estudar, esse tipo de coisa, né.</p> <p>11'21" a 11'45": A cobrança em cima da gente talvez é por causa do jeito de ser da gente. (...) Porque que a mulher branca, negra, tá conseguindo um diploma?</p>
--	--

<p>11'59" - imagem de cobertura (Luciana auxiliando os filhos com os deveres da escola)</p> <p>12'23" - imagens de cobertura (cotidiano das entrevistadas)</p> <p>13'47" - imagens de cobertura (sala de aula da UFV, pichação no espaço da UFV)</p> <p>14'18" - imagens de cobertura (pichações nos espaços da UFV, espaços da UFV)</p> <p>14'42" - texto na tela: apresentação das localizações sociais e lugares de fala de cada uma das entrevistadas</p> <p>15'57" - texto na tela: agradecimentos (nomes das doze mulheres que participaram das pré-entrevistas)</p> <p>16'05" - texto na tela: PRODUÇÃO, DIREÇÃO E EDIÇÃO Amanda Carneiro</p> <p>CINEGRAFIA Amanda Carneiro Ianka Silva Sara Brunelli</p> <p>ORIENTAÇÃO Maria Isabel de Jesus Chrysostomo Albert Ferreira Henrique Mazetti</p> <p>TRILHA SONORA Elza Soares – O que se cala Doug Maxwell – Cast of Pods Lobo Loco – Just a moment Density &amp; Time – Water Lillies Luedji Luna – Um corpo no mundo Bia Ferreira – Cota não é esmola</p>	<p>11'46" a 12'22": A mulher negra, além dela ter que se mostrar forte, às vezes mesmo ela não se mostrando forte, é imposto a ela que ela é forte. Às vezes você não quer ser forte, entendeu? (...) Só que nem sempre a gente quer ser forte, né?</p> <p>SOBE SOM: Luedji Luna - Um corpo no mundo</p> <p>13'39" a 14'15": Porque se esmorece, a gente vai voltar para o lugar que nunca queria que a gente tivesse saído. (...) Então longe de voltar para a senzala nós mulheres negras precisamos fortalecer os nossos quilombos, né?</p> <p>SOBE SOM: Bia Ferreira - Cota não é esmola</p> <p>16'13" a 16'25": Eu amo ser mulher negra (...) Essa mulher linda, diva, e ganhando o meu espaço aos poucos, sabe.</p>
--	---

16'26" - imagens da tela: logos  
DCM (Departamento de  
Comunicação Social), COM (curso  
de Comunicação Social -  
Jornalismo UFV) e UFV  
(Universidade Federal de Viçosa)

FADE OUT



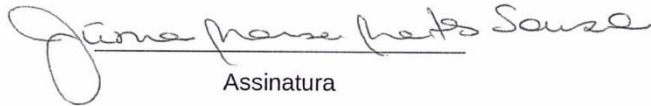
Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Artes e Humanidades  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

### AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu JÚNIA MARISE MATOS SOUSA nacionalidade BRSILEIRA, estado civil DIVORCIADA,  
\_\_\_\_\_, profissão PROFESSORA, cpf 00296735698, rg. M.7.794900,  
residente à AV CASTELO BRANCO 1701/602 cidade/uf VIÇOSA,  
cep. 36570, tel. (31)988521631, doravante apenas "autorizador(a)", venho,  
através da presente, **autorizar**, expressamente, a UFV – **Universidade Federal de Viçosa**  
a reproduzir, publicar, veicular, citar e exibir meu nome, minhas declarações e/ou minha  
imagem no projeto experimental TODO MUNDO VAI QUERER **quantas**  
DOÇAS COMIGO  
**vezes se fizerem necessários** e em todo território nacional e, eventualmente, no exterior,  
em meio impresso e eletrônico (internet), em local, edição, tamanho a serem definidos a  
exclusivo critério da autorizada.

A presente autorização é fornecida em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em  
qualquer custo ou ônus, a qualquer tempo e título.

Viçosa 8 / 11 / 18.

  
Assinatura



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Artes e Humanidades  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

### AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu Luciana Maria P. de Silva, nacionalidade brasileira, estado civil solteira,  
\_\_\_\_\_, profissão administradora, cpf 012.047.876-54, rg. MG-13.215.754,  
residente à Rua Goiânia, 94, ap.02, Fátima cidade/uf Viçosa-MG,  
cep. 36570-000, tel. (31) 98649-4092, doravante apenas "autorizador(a)", venho,  
através da presente, **autorizar**, expressamente, a UFV – **Universidade Federal de Viçosa**  
a reproduzir, publicar, veicular, citar e exibir meu nome, minhas declarações e/ou minha  
imagem no projeto experimental Todo mundo vai querer dançar <sup>comigo</sup> quantas  
**vezes se fizerem necessários** e em todo território nacional e, eventualmente, no exterior,  
em meio impresso e eletrônico (internet), em local, edição, tamanho a serem definidos a  
exclusivo critério da autorizada.

A presente autorização é fornecida em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em  
qualquer custo ou ônus, a qualquer tempo e título.

Viçosa 07/11/2018.

Luciana Maria Pereira da Silva  
Assinatura





Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Artes e Humanidades  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

### AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu Monalisa Aparecida do Carmo, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão estudante, cpf 080.167.836-60, rg. MG 15370531, residente à Rua Francisco Machado, 207, Pampo cidade/uf Minas Gerais - Viçosa cep. 36.570-244, tel. (31) 994432949, doravante apenas "autorizador(a)", venho, através da presente, **autorizar**, expressamente, a UFV – **Universidade Federal de Viçosa** a reproduzir, publicar, veicular, citar e exibir meu nome, minhas declarações e/ou minha imagem no projeto experimental "Todo mundo vai querer dançar comigo" **quantas vezes se fizerem necessários** e em todo território nacional e, eventualmente, no exterior, em meio impresso e eletrônico (internet), em local, edição, tamanho a serem definidos a exclusivo critério da autorizada.

A presente autorização é fornecida em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, a qualquer tempo e título.

Viçosa 13/11/2018.

Monalisa Carmo

Assinatura



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Artes e Humanidades  
Curso de Comunicação Social/Jornalismo

### AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu Rosilene Eucá Ferreira, nacionalidade Brasileira, estado civil divorçada,  
\_\_\_\_\_, profissão farmacêutica, cpf 06518005690, rg. 11054301,  
residente à Colônia Vaz de Mello cidade/uf Viçosa,  
cep. 36570000 tel. (31) 999361372 doravante apenas "autorizador(a)", venho,  
através da presente, **autorizar**, expressamente, a UFV – **Universidade Federal de Viçosa**  
a reproduzir, publicar, veicular, citar e exibir meu nome, minhas declarações e/ou minha  
imagem no projeto experimental todo mundo vai querer dançar comigo **quantas**  
**vezes se fizerem necessários** e em todo território nacional e, eventualmente, no exterior,  
em meio impresso e eletrônico (internet), em local, edição, tamanho a serem definidos a  
exclusivo critério da autorizada.

A presente autorização é fornecida em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em  
qualquer custo ou ônus, a qualquer tempo e título.

Viçosa 07/11/2018

Rosilene Eucá Ferreira  
Assinatura